

Senado conclui hoje exame do Fundo de Combate à Pobreza

Proposta de emenda constitucional que destina cerca de R\$ 4 bilhões anuais para ações de erradicação da miséria será votada em segundo turno pelo Plenário. Se aprovada, irá à Câmara dos Deputados

PÁGINA 5

60 MILHÕES DE VACINAS

O Instituto de Tecnologia em Imuno-Biológicos da Fundação Oswaldo Cruz se dedica à produção e desenvolvimento de vacinas desde 1976, quando foi criado. Hoje produz 60 milhões de doses/ano (60% da produção nacional), atendendo a 23% da demanda brasileira

VACINAS EM PRODUÇÃO

Virais

- Febre amarela
- Sarampo
- Poliomielite
- Tríplice (rubéola, caxumba e sarampo)

Bacterianas

- Meningite
- Pneumonia



FIOCRUZ

Fiocruz recebe homenagem pelos 100 anos de existência

PÁGINA 3

CAE mantém possibilidade da venda de ações da Petrobras

PÁGINA 7

CAE rejeitou projeto de Álvaro Dias que impediria venda de ações. Senador vai pedir apreciação pelo Plenário



CPI DO ROUBO DE CARGAS

REPRESENTANTES DE TRANSPORTADORAS PRESTARÃO OS PRIMEIROS DEPOIMENTOS

PÁGINA 8

ACM: PLANO VAI AJUDAR A REDUZIR VIOLÊNCIA

Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que ontem recebeu uma comissão da VIII Feira Nacional do Doce (foto), disse, em entrevista, que apóia o plano de segurança pública em elaboração pelo governo

PÁGINA 2



Hospitais podem ser obrigados a manter prontuários de pacientes

PÁGINA 8



CCJ aprovou projeto que exige dos hospitais a manutenção, por 18 anos, dos registros das atividades desenvolvidas junto ao paciente

ACM apóia plano de segurança pública em elaboração pelo governo

Segundo afirmou ontem o presidente do Senado, o programa deve contribuir para a redução da violência no país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que apóia o plano de segurança pública que está sendo elaborado pelo governo federal. Em sua avaliação, o plano deverá beneficiar a segurança, inclusive nas ruas. "Mas resolver definitivamente o problema, não", acrescentou. Antonio Carlos avaliou que problemas relacionados à segurança só serão solucionados quando o país tiver desenvolvimento, emprego e condições de garantir mais tranquilidade às populações carentes. O senador considerou "muito bom" que o presidente agora esteja atento a temas da segurança pública, e disse confiar que o plano "vai ajudar bastante" a reduzir a violência no país.

O plano federal de segurança pública está sendo elaborado por um grupo interministerial, e prevê investimentos iniciais de



Antonio Carlos: é "muito bom" que FHC esteja atento à segurança pública

R\$ 100 milhões na construção de novos presídios, equipamento para forças policiais e reforço dos quadros de agentes. O governo deve também adotar medidas institucionais que aprimorem a atuação dos órgãos de segurança pública, tanto na cidade como no campo.

Antonio Carlos Magalhães afirmou também ser favorável à proposta que autoriza a venda de ações da Petrobras, desde que seja mantido o controle aci-

onário da empresa pela União. A escolha do momento e da forma da venda, no entanto, seria "uma questão de tática do governo", acrescentou. A afirmação ocorreu em resposta a argumentos da oposição de que o momento para a venda não é adequado, já que as ações estão se valorizando.

— Pode-se dar a autorização para a venda, desde que não se perca o controle, e o governo escolha o melhor momento — frisou Antonio Carlos.

A respeito das discussões políticas em torno da revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), o senador Antonio Carlos Magalhães manifestou ser favorável à iniciativa. Com a medida, disse, o país teria uma lei mais apropriada, de defesa do Estado democrático, e poderia tirar "esse vezo da Lei de Segurança Nacional, que hoje todos antipatizam".

Comissão da Feira do Doce de Pelotas é recebida

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, recebeu ontem em seu gabinete comissão de dirigentes da VIII Feira Nacional do Doce (Fenadoce), a ser realizada em Pelotas (RS). Fez parte do grupo a rainha da festa, Janaína Mansur, e as princesas Viviane Silveira e Celine Schiller.

Trezentas mil pessoas deverão visitar a feira, entre 2 e 18 de junho, que reúne expositores de todo o Brasil e dos países do Mercosul. Os presidentes da Fenadoce, Enio Lopes, e da Câmara de Diretores Lojistas de Pelotas, Mauro Bessa, convidaram o senador a participar do evento.



Antonio Carlos Magalhães recebeu em seu gabinete os organizadores da feira, que será realizada de 2 a 18 de junho



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h — Despacho interno

15h — Recebe Ergor Stroev, presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, acompanhado de delegação da Câmara Alta do Parlamento Russo

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de criação da Fundação Oswaldo Cruz

Pauta: terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/99, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários); PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; PDL nº 188/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Prudente para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente (SP); PDL nº 194/99, aprova o ato que renova a permissão da Rádio Intercontinental para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 46/2000, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área de Proteção da Saúde Animal, celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia; Requerimento nº 250/2000, do senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 58 e 70, de 1999, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 253/2000, da senadora Heloisa Helena, solicitando que sobre o PLS nº 320/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Serviços de Infra-Estrutura; e Requerimento nº 254/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação do PLS nº 521/99, com os PLS nºs 419 e 678, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 113/95, dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLS nº 234/99, estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; PLS nº 8/2000, altera a redação dos artigos 58, 59 e 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 18/2000, altera o artigo 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; e PLS nºs 169/99, institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade e 502/99, institui estímulos ao primeiro emprego e altera a Lei nº 7.998/90. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do habeas data; PLS nº 672/99, dispõe sobre o comércio eletrônico; PLS nº 444/99, cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol), destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PEC nº 11/99, dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 73 da Constituição federal (estabelecendo condição de nomeação (promoção) de auditor para o cargo de ministro, quando do preenchimento de vaga reservada aos auditores); emenda nº 1, de Plenário, à PEC nº 51/99, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição federal; emenda nº 2, de Plenário, à emenda nº 1 — CCJ (substitutivo) da PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; PLS nº 63/99 (tramita em conjunto com os PLS nºs 97/99, nº 159/99, nº 453/99 e nº 55/2000), dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas; e emenda de Plenário nº 5 a 9 ao PLC nº 27/99, que regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: discussão e apreciação dos destaques a serem apresentados ao Plano Plurianual (PPA), relativo a 2000/2003. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: esclarecimentos e informações das causas e consequências bem como das providências tomadas sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, na baía de Guanabara (RJ), com a presença do diretor da Agência Nacional do Petróleo, Julio Colombi Neto; do presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Roberto Odilon Horta; do representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, Nilson César Vianna, e do representante do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Corisco & Dadá*, de Rosemberg Cariny. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário debate novas regras para voto eletrônico

Projeto de Roberto Requião pretende melhorar a segurança e a fiscalização, para evitar que ocorram fraudes. Principal novidade é a impressão de uma cédula individualizada com as escolhas do eleitor

O Plenário do Senado examina hoje projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece normas para as eleições com o objetivo de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que deu parecer favorável à matéria.

De acordo com o projeto, a urna eletrônica imprimirá o voto em cédula individualizada e não identificável. Se não houver divergência entre os dados da cédula e os da tela da urna, o eleitor depositará seu voto em uma urna convencional. Mas, caso haja discordância, o eleitor poderá solicitar a anulação de seu voto e tentar votar outra vez.

Continuando a persistência do



Roberto Requião, autor do projeto que muda regras da votação eletrônica

A urna eletrônica imprime o voto em cédula individualizada e não identificável

Se não houver divergência, o eleitor depositará seu voto em uma urna convencional

Caso haja discordância, o eleitor poderá pedir a anulação de seu voto e tentar votar outra vez

Persistindo o erro, a urna será submetida a teste

SEGURANÇA PARA O ELEITOR	CAUTELA NA APURAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • A identificação do eleitor não poderá ser feita em equipamento que tenha ligação com a urna eletrônica • Não será permitida a gravação da ordem de votação dos eleitores 	<ul style="list-style-type: none"> • Os votos impressos de no mínimo 3% das urnas eletrônicas serão recontados manualmente • Para cada urna em que for constatada diferença, outras dez terão seus votos impressos e recontados por processo manual

erro, a urna será submetida a teste por, pelo menos, dois fiscais de diferentes partidos ou coligações concorrentes, os quais, constatando a existência da falha, comunicarão ao presidente da mesa, que entrará em contato com o juiz da respectiva zona eleitoral para tomar as medidas

necessárias à continuação da votação.

A proposta determina ainda que os votos impressos de no mínimo 3% das urnas eletrônicas deverão ser recontados manualmente. As urnas submetidas a esse processo deverão ser escolhidas em quantidades iguais pelos partidos ou

coligações participantes da eleição. Para cada urna recontada que for constatada diferença com o resultado da apuração eletrônica outras dez terão seus votos impressos e recontados por processo manual.

A identificação do eleitor não poderá ser feita em equipamento que tenha

algum tipo de ligação com a urna eletrônica e nem será permitida a gravação da ordem de votação dos eleitores.

Está prevista também na sessão plenária a votação do projeto de decreto legislativo, com parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprova texto de acordo para cooperação na área de proteção da saúde animal, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em 23 de abril

de 1999. O relator da matéria na CRE foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

O Plenário votará ainda o projeto que renova a concessão para funcionamento da Rádio Presidente Prudente (SP), em onda média, e da Rádio Intercontinental FM de Curitiba (PR).

Senadores celebram centenário da Fundação Oswaldo Cruz

O Senado celebra hoje o centenário da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), organização vinculada ao Ministério da Saúde que desenvolve atividades de pesquisa básica e aplicada, ensino, assistência hospitalar de referência, formulação de estratégias de saúde pública e produção de vacinas e medicamentos. O requerimento para realização da homenagem em Plenário teve como primeiros signatários os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Oswaldo Cruz especializou-se em bacteriologia com Louis Pasteur, na França

O Instituto Soroterápico Federal – nome original da fundação – foi criado em 25 de maio de 1900 com o objetivo de enfrentar um surto de peste bubônica que já havia alcançado o porto de Santos (SP) e ameaçava espalhar-se pelo Rio de Janeiro. O jovem médico Oswaldo Gonçalves Cruz, que voltava ao Brasil depois de se especializar em bacteriologia pelo Instituto Pasteur, de Paris, engajou-se

no combate à doença e tornou-se diretor-técnico do novo instituto, que oito anos depois passaria a levar o seu nome.

A primeira missão do instituto foi a criação de um soro contra a peste. A partir de 1902, quando Oswaldo Cruz tornou-se diretor-geral da entidade, começaram a ser desenvolvidas atividades de pesquisa básica e aplicada e de formação de recursos hu-

manos. No ano seguinte, já como diretor-geral de Saúde Pública, Cruz fez de Manguinhos – nome da antiga fazenda onde foi construído o instituto – a base para suas campanhas de saneamento.

O alvo inicial foi a febre amarela, que matara quatro mil pessoas no Rio, entre 1897 e 1906. Os métodos utilizados foram duros. Os proprietários de imóveis insalubres eram multados ou obrigados a de-

moli-los ou reformá-los. Brigadas mata-mosquitos percorriam a cidade e exigiam providências para proteção de caixas d'água. Uma recente descoberta apontava o inseto *Aedes aegypti* como transmissor da doença, mas a desconfiança de médicos da época e a resistência de boa parte da população motivaram críticas diárias na imprensa contra Oswaldo Cruz. Mesmo assim, a febre amarela estaria erradicada no Rio em 1907.

A oposição ao sanitarista atingiu seu ponto mais alto em 1904, quando eclodiu a Revolta da Vacina, marcada por choques com a polícia, quebra-quebras e tiroteios. Tudo por causa de um projeto enviado pelo governo ao Congresso tornando obrigatória a vacina contra a varíola. A obrigatoriedade foi suspensa, mas em 1908 uma violenta epidemia de varíola levou a população a buscar em massa os postos de vacinação.

A partir de 1909, Cruz passou a dedicar-se integralmente a Manguinhos e lançou expedições científicas que conseguiram erradicar a febre amarela no Pará e promover o saneamento de regiões da Amazônia. O sanitarista morreu em 1917, de insuficiência renal.

Alcântara destaca a contribuição histórica

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou as contribuições da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para o desenvolvimento da saúde pública no país. Na Fiocruz, lembrou Alcântara, são desenvolvidas vacinas de última geração, que imunizarão toda a



Alcântara: pesquisas fundamentais na história da saúde pública

população brasileira em um curto espaço de tempo. Em suas dependências, afirmou, existe o que há de melhor em biotecnologia e farmacologia, além de medicamentos, vacinas e reagentes para diagnóstico. O senador participou na semana passada das comemorações do centenário da instituição no Rio de Janeiro.

Segundo o senador, nos últimos oito anos, foram gastos mais de R\$ 85 milhões na estruturação dos prédios e na compra de equipamentos para a Fiocruz, o que não foi suficiente para acabar com os problemas de infra-estrutura e para executar projetos de expansão. Alcântara lamentou a greve dos fun-

cionários e pesquisadores da fundação, que produz vacinas fundamentais para a saúde pública nacional. A paralisação, avaliou, prejudica o trabalho de imunização da população brasileira:

– Apesar de reconhecer a necessidade de o Brasil proporcionar condições de trabalho mais adequadas e justas para a produção, circulação e consumo de ciência e conhecimento, não posso concordar com visões pessimistas e melancólicas. O Brasil só é viável à medida que investe na educação e na ciência de seu povo. E o governo Fernando Henrique tem dado a sua contribuição – disse.

Para Alcântara, as pesquisas e campanhas sanitárias realizadas pelo fundador da Fiocruz, Oswaldo Cruz, são pontos fundamentais na história da saúde pública brasileira. O senador comparou o valor de Oswaldo Cruz, para o Brasil, ao de Louis Pasteur, para a França.

CCJ pode analisar proibição à propaganda de cigarro

O projeto de lei, do senador Eduardo Suplicy, também impede a divulgação de peças publicitárias sobre bebidas alcoólicas

O projeto de lei, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas e produtos derivados de tabaco nos meios de comunicação, peças publicitárias e no patrocínio de eventos públicos será analisado hoje, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), é favorável à proposta, e acrescentou emenda determinando que as embalagens desses produtos devem conter advertência sobre os danos que podem causar à saúde.

Ficariam proibidas também, conforme o projeto, a propaganda, venda e distribuição de amostras grátis e brindes de cigarros e similares pelos Correios, bem como a realização de visitas promocionais e distribuição gratuita do produto em lugares públicos.

O projeto de lei, da Câmara dos

Deputados, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza também será submetido à CCJ. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), acatou cinco emendas, que atendem a reivindicações de proprietários rurais das áreas próximas àquelas classificadas como unidades de conservação ambiental. Três emendas, por exemplo, garantem prévia indenização em áreas que venham a ser classificadas como de preservação ambiental, ou tenham seu uso limitado por razões de preservação.

Um outro projeto, do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que também pode ser votado hoje cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais (Fiprol). A intenção é ajudar profissionais recém-formados. O programa seria gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e financiado com recur-

sos da própria instituição financeira e dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Os empréstimos para a compra de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, com carência de um a dois anos, teriam de ser pagos em prazos de três a cinco anos.

Três propostas de emenda constitucional também devem ser examinadas pela CCJ. Duas têm parecer favorável dos relatores: a que aumenta para cinco o número de membros dos tribunais de contas dos novos estados e a que institui a obrigatoriedade de promoção de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A terceira, que trata do antigo Fundo Social de Emergência (FSE), deve ser arquivada por recomendação do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por estar prejudicada devido à extinção do fundo.



Para Suplicy, bebidas alcoólicas e produtos derivados do fumo devem ser proibidos também em patrocínio



O relator, senador Jefferson Péres, é favorável ao projeto que proíbe a propaganda desses produtos



Luiz Otávio quer a criação de programa para financiamento de profissionais recém-formados



Projeto de Antero de Barros estimula a contratação do trabalhador com mais de 40 anos



Paulo Hartung: benefícios ao profissional que entra pela primeira vez no mercado de trabalho

Comissão de Assuntos Sociais aprecia incentivo ao primeiro emprego

Dois projetos de lei que instituem o estímulo ao primeiro emprego e à contratação de profissionais acima de 40 anos devem ser votados em caráter terminativo hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A reunião está marcada para as 9h. Pelo substitutivo do relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), as empresas poderão ter redução de 50% nas alíquotas relativas às contribuições do chamado sistema S, que inclui despesas com Inca, salário-educação e seguro de acidentes de trabalho, e de 75% na alíquota de contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando contratarem trabalhadores com esses perfis.

Os projetos, que tramitam em conjunto, são de autoria dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Paulo Hartung (PPS-ES). O relator manteve a exigência, prevista no texto original, de o trabalhador, para ser beneficiado, estar cadastrado no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e de a empresa enviar ao Ministério do Trabalho, anualmente, a relação dos contratados nessas modalidades. Também foi resguardado o repasse de bolsa de aprendizagem profissional, custeada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para os contratados na faixa de 18 a 25 anos sem experiência profissional, bem como a vigência da redução de encargos e do repasse de bolsa por um ano, benefícios válidos apenas para a primeira contratação do trabalhador.

A CAS também deve se pronunciar, em decisão terminativa, sobre projeto do Senado que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relativos à duração máxima da jornada de trabalho. Relator da matéria, o senador Antero de Barros acatou em seu parecer a proposta do autor, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), de fixação da jornada em sete horas diárias e 35 semanais, além da remuneração da hora extra em, pelo menos, 50% a mais que a hora normal de trabalho.

Outro projeto de caráter trabalhista em análise na comissão é de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), e prevê a inclusão, entre as hipóteses de saque do FGTS, da ocorrência de danos na moradia do trabalhador causados por fenômenos naturais. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), é favorável à proposta, desde que haja necessidade de reconstrução ou reforma significativa do imóvel.

A garantia de prioridade na pauta dos tribunais do julgamento de processos judiciais relativos à demissão de empregados por justa causa, objeto de projeto da Câmara, também será examinada pela comissão. O parecer do relator na CAS, senador Moreira Mendes (PFL-RO), suprime o artigo 5º do texto, que prevê efeito meramente devolutivo aos recursos interpostos às decisões em processos trabalhistas, mas preserva a garantia de que o julgamento das ações ocorra no prazo máximo de 120 dias.

Infra-Estrutura ouve às 18h diretor da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza audiência pública hoje, às 18h, para debater os motivos do vazamento de óleo ocorrido na Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Júlio Colombi Neto, é um dos convidados para a discussão.

Deve também participar do debate o presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Roberto Odilon Horta, além do representante do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, Nilson Cesário Vianna, e do Sindicato dos



A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza mais uma audiência pública sobre o vazamento de óleo na Refinaria Duque de Caxias

Petroleiros do Rio de Janeiro.

Presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a comissão já realizou visitas ao Rio de Janeiro

e Espírito Santo e debateu o tema com várias autoridades, entre elas o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul.

Emenda amplia limite para compulsória de ministros

O Senado realizou ontem o terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional com que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) tenciona ampliar de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. Ele também quer aumentar de 70 para 75 anos o limite de idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados.

Ele afirma na justificativa da proposta que não pretende obrigar ninguém a permanecer por mais tempo no serviço público. "Constitui-se numa faculdade para aqueles que querem permanecer por satisfação pessoal, da mesma forma que atualmente outros cidadãos, com idade superior a 70 anos, podem se submeter a árduas campanhas eleitorais para ocupar concorridos cargos eletivos", ressalta.

No debate da matéria, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a proposta de Simon tem sido objeto de reflexão em todo o país, porque oferece aos



PEC de Simon também amplia de 70 para 75 anos o limite da aposentadoria para servidores

que estão ainda cheios de vitalidade a oportunidade de continuar por mais tempo em atividade no serviço público. "Com a legislação atual, chegando aos 70 anos, o professor, o magistrado ou o militar cai na compulsória. Com essa proposta, há oportunidade para quem quiser continuar servindo. É uma emenda constitucional importante para o Brasil", sustentou ele.

Tebet quer aposentadoria de servidor aos 75 anos

A proposta de emenda constitucional do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos realizou ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno. O mesmo texto eleva para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Ramez Tebet invoca os avanços da ciência nas últimas décadas para mostrar que a legislação brasileira está obsoleta no tocante ao tempo para aposentadoria. "Essa proposta pretende corrigir esse descompasso, beneficiando igualmente os servidores públicos, os usuários de seus serviços e o Estado brasileiro".

Na opinião do senador, a proposta beneficiará a própria estrutura estatal, ao diminuir despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários e propiciar ao Estado uma utilização mais ampla e efetiva dos serviços de profissionais por ele selecionados e treinados.



Tebet acredita que a PEC diminuirá despesas com os benefícios previdenciários

Relatora da matéria na CCJ, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) alegou que as duas modalidades de aposentadoria — compulsória e voluntária por idade — têm fundamentos técnicos e jurídicos distintos, não cabendo a paridade de tratamento contemplada na proposta de Tebet. A seu ver, não há razão para elevar a idade da aposentadoria voluntária, daí ter apresentado duas emendas à proposta original.

Senado vota em segundo turno Fundo de Combate à Pobreza

Plenário discute a PEC que pretende destinar anualmente, até 2010, R\$ 4 bilhões para tentar erradicar a fome no país

Em segundo turno, o Senado vota hoje o substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que institui, para vigorar até 2010, um fundo de combate e erradicação da pobreza. Se aprovado neste último turno pelos senadores, o texto ainda precisará ser votado na Câmara dos Deputados. Conforme a proposta, nos próximos dez anos o governo disporá anualmente de R\$ 4 bilhões para aplicar em programas destinados a reduzir a miséria.

Sete senadores participaram do debate da matéria, a começar por Eduardo Suplicy (PT-SP), que lastimou ter o Palácio do Planalto orientado o relator a não acatar proposições que tornariam esse Fundo mais eficaz no sentido de reduzir a miséria. Suplicy defendeu emenda para que pelo menos três quartos desses recursos fossem diretamente para famílias sem nenhuma renda. E alertou para o fato de que o governo poderá aplicar esse fundo em programas sociais já existentes, retirando deles recursos orçamentários que já lhe eram destinados.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse esperar que a distribuição dos recursos desse fundo seja feita com critérios justos, a fim de que ele contemple realmente os mais necessitados. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou uma ironia o Brasil querer combater a pobreza com esse fundo. "É evidente que, diante do quadro de miséria, humilhação e sofrimento de um país que compromete quase



Antonio Carlos Magalhães, autor da PEC original: expectativa de que o fundo ajude a reduzir a miséria



Lúcio Alcântara, autor do substitutivo: motivo de satisfação por ajudar na aprovação da emenda

40% do seu PIB pagando juros e serviço da dívida, a gente não pode falar seriamente em combate à pobreza", afirmou ela.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) referiu-se, na ocasião, à Síntese dos Indicadores Sociais do Brasil, trabalho realizado pelo IBGE com base em pesquisa nacional de amostras domiciliares. "É o mapa da miséria, da desigualdade no nosso país, que seguramente vai ajudar os parlamentares interessados na questão social a discutirem com maior conhecimento e profundidade o drama da desigualdade social neste país", disse ele.

O senador Álvaro Dias (PSDB-CE) reconheceu que o mérito principal da proposta foi estimular o debate, aprofundar a investigação e buscar alternativas para reduzir a miséria. "Ninguém afirmou ser esse fundo a panacéia capaz de liquidar por si só a miséria no nosso país", sustentou ele.

Relator da matéria, Lúcio Alcântara se disse perplexo com o que ouviu em Plenário. Ele achou que, quando deixasse o Senado, entre outros motivos de

satisfação, levaria o de ter contribuído para a aprovação dessa emenda. Observou que não esperou acabar com problema tão sério mediante uma emenda constitucional, mas sustentou que o Senado está fazendo o que foi possível. "Negar o projeto, não reconhecer nele nenhum mérito, me parece uma atitude niilista, pouco construtiva", afirmou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o Senado estava na reta final de um projeto que empolgou a todos e que propiciou até a criação da Comissão Especial Mista de Combate à Pobreza. Ele afirmou que, apesar da expectativa de que alguma coisa seria criada, o Plenário estava agora diante de algo que "não tem maior significado":

— O Senado votará a criação de um fundo que nasce morto, porque o governo diz que não encontra dinheiro para aplicar na erradicação da pobreza — disse, lastimando que, na discussão de tão grave questão, vários senadores se detivessem a conversar sobre outros assuntos.

ACM diz que proposta reduzirá a miséria

Ao ouvir manifestação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre o clima fúnebre que, na opinião do parlamentar gaúcho, está marcando a decisão final sobre a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, o presidente do Senado, Antonio Carlos

Magalhães, sustentou que essa emenda constitucional vai ajudar a reduzir a miséria.

Ele também sustentou que o Senado tem espírito público e que, se não tivesse, Pedro Simon não estaria na Casa:

— A prova de que essa Casa tem

espírito público é que V. Exa. é senador. V. Exa. não seria membro de uma Casa que não fizesse nada. V. Exa. renunciaria, desistiria disso, eu tenho certeza. Daí porque, essa Casa, para ser maior, deve ser exaltada pelos seus membros — assegurou Antonio Carlos.

Plenário debate presença feminina no STF

Autor da proposta que estabelece alternância nas nomeações de ministros entre homens e mulheres, Ademir Andrade lembra que Congresso já instituiu critério de reserva para cada sexo nas candidaturas ao Poder Legislativo

Suplicy teme que governo impeça acesso de parlamentares ao Siafi

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem a atenção do presidente do Senado para o fato de que o presidente da República excluiu da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o dispositivo que previa o registro no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) da execução orçamentária e financeira da União.

Conforme Suplicy, o ministro do Planejamento, Martus Tavares, afirmou em matéria publicada na *Folha de S. Paulo* que o registro desses dados no Siafi não será mais necessário porque, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bimestral-

mente o governo terá que mostrar todas as suas despesas no papel. O senador notou que, se o governo estiver querendo impedir deputados e senadores de acompanhar no Siafi a execução orçamentária, “isso é extremamente grave”.

Suplicy observou que o Siafi transformou-se em significativo instrumento para que o Legislativo cumpra sua missão constitucional de fiscalizar o Executivo. O presidente do Senado agradeceu a preocupação de Suplicy com o assunto e disse que tomará as providências que o assunto requer.

A proposta de emenda constitucional (PEC) que submete as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal a critérios de alternância entre homens e mulheres teve ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, no Plenário. Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor da proposta, o povo brasileiro adotou como um de seus valores supremos o repúdio a qualquer discriminação contra as mulheres. Em sua opinião, esse é um valor tão caro ao país que, entre as garantias fundamentais da Constituição, destaca-se que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

O senador argumenta que a exigência dessa alternância nas nomeações para o STF seria desnecessária caso a discriminação, em razão da condição sexual, não fosse uma realidade no país. “A discriminação, por ser expressão de injustiça e primiti-



Ademir Andrade observa que na composição do STF não há, e nunca houve, uma mulher

vismo, é intolerável e deve, por isso, ser repelida”, argumentou ele.

Ademir entende ser preocupação do Congresso oferecer meios capazes de tornar mais efetiva a participação feminina nos quadros institucionais, tanto que, recentemente,

estabeleceu critério de reserva de candidaturas para cada sexo, assegurando maior participação das mulheres no Legislativo.

Ele argumenta que, no âmbito do Poder Judiciário, a preterição das mulheres não é menor, o que pode ser facilmente constatado ao se observar que na composição do Supremo Tribunal Federal não há, e nunca houve, uma mulher.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) argumenta que, embora não exista impedimento explícito a que as mulheres alcancem o mais elevado posto da magistratura nacional, o Brasil ainda não teve em sua corte constitucional qualquer mulher no cargo de ministro, “situação que contrasta com o significativo número de mulheres altamente capacitadas na área jurídica”.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999. Senador Antonio Carlos Magalhães e outros. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1995. Senador Pedro Simon e outros. Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999. Senador Ademir Andrade e outros. Altera o art. 101 da Constituição federal e dá outras providências (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal).

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1999. Senador Ramez Tebet e outros. Dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários).

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 1999. Renova a concessão da Rádio Cultura de Porto Novo OM de Além Paraíba (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 1999. Renova a concessão do Sistema Clube de Comunicação OC de Ribeirão Preto (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 245, de 1999. Outorga permissão à Fundação Educacional do Município de Assis (SP) para rádio FM.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Requerimento nº 241, de 2000. Senador Moreira Mendes. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à bagagem de viajantes.

Resultado: Lido e aprovado requerimento solicitando a retirada do Requerimento nº 241, de 2000. O PLS nº 621/99 volta à CAE.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Senado homenageará memória de “Castelinho”

No próximo dia 14, o Senado homenageará a memória do jornalista Carlos Castelo Branco – o “Castelinho” –, conforme requerimento de iniciativa do senador Freitas Neto (PFL-PI) aprovado ontem.

RÁDIOS

O Plenário também aprovou ontem três

projetos de decreto legislativo renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Cultura de Porto Novo, de Além Paraíba (MG); Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP); e Fundação Educacional do Município de Assis, de Assis (SP).

Comissão de Orçamento inicia discussão do PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização começou ontem à tarde a discutir o substitutivo ao projeto de lei relativo ao Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003. Ao propor e acatar emendas, o relator, deputado Renato Viana (PMDB-SC), acrescentou R\$ 21 bilhões ao valor global constante do projeto enviado pelo Executivo, passando o volume de recursos do PPA de R\$ 1 trilhão e 113 bilhões para R\$ 1 trilhão e 134 bilhões.

Os recursos adicionais serão usados no Orçamento deste ano (R\$ 5,7 bilhões) na cobertura de emendas setoriais apresentadas pelos parlamentares (R\$ 8 bilhões) e em “correções” feitas por meio de emendas do próprio relator. Viana explicou que boa parte de seus esforços voltou-se a evitar que programas sociais importantes ficassem com verbas aquém das necessidades e que houvesse má distribuição do dinheiro entre as regiões.

Entre os programas beneficiados pelas emendas do relator estão o de renda mínima na forma de bolsa-escola (R\$ 800 milhões), saúde



O relator Renato Viana (E) fala na reunião da CMO, presidida por Gilberto Mestrinho

da família (R\$ 400 milhões), saneamento (R\$ 400 milhões) e Habitar Brasil (R\$ 525 milhões).

Segundo o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a discussão continuará na reunião prevista para hoje, às 10h, e a votação deverá ser concluída na reunião de amanhã, marcada para o mesmo horário.

Na reunião de ontem, foi lido o relatório final e discutida questão apresentada pelo deputado Alberto Goldman (PMDB-SP). Ele gostaria que a destinação de recursos para infra-estrutura fosse mais detalhada no PPA. Citou como exem-

plo as verbas destinadas à rodovia BR-101, localizada no Nordeste, que no Plano Plurianual não são destacadas do total destinado à malha rodoviária daquela região.

Renato Viana disse que decidiu mudar a proposta do governo, distribuindo as verbas em grupos genéricos de setores, áreas e projetos, com o objetivo de devolver ao PPA o seu caráter fundamental – o de peça orçamentária destinada a orientar a elaboração dos orçamentos anuais num período de quatro anos. Assim, o detalhamento e as especificações deverão constar de cada orçamento anual.

CAE rejeita proibição da venda de ações da Petrobras

Depois de duas horas de debates, comissão decide por 15 votos a oito recusar proposta de Álvaro Dias, que anuncia sua intenção de apresentar recurso com o objetivo de levar o assunto à deliberação do Plenário do Senado

Por 15 votos a oito, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou ontem projeto apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) com o objetivo de impedir o governo federal de vender ações da Petrobras com direito a voto, mesmo as que excedam o controle acionário. O autor da proposta anunciou que apresentará recurso para que ela seja votada em Plenário.

A discussão sobre o projeto demorou cerca de duas horas. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apresentou voto favorável à aprovação da matéria. Para Saturnino, a venda é perdulária, porque o dinheiro arrecadado irá, segundo ele, “desaparecer no ralo da dívida externa”. Ele argumentou ainda que uma venda de ações tão volumosa provocará redução do valor das ações no mercado.

Em voto apresentado separadamente, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) afirmou que a venda das ações foi avaliada em torno de R\$ 8,5 bilhões. Esse dinheiro, argumentou, seria utilizado totalmente no abatimento da dívida externa, acarretando ao país uma economia anual de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em juros. Em



Presidida por Suassuna, a CAE decidiu encaminhar à CCJ projeto que altera o índice das dívidas estaduais

contrapartida, os dividendos gerados pelas ações atingiram R\$ 178,1 milhões no ano passado. Os dados foram confirmados pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) contestou os números apresentados por entender que 1999 foi um ano atípico. Citando o balanço da empresa, Dutra afir-

mou que, no primeiro trimestre de 2000, o lucro auferido foi de R\$ 2,99 bilhões, o que projeta um lucro para 12 meses de R\$ 11,96 bilhões. Assim, a parcela do governo referente aos dividendos distribuídos, mantida a mesma proporção do ano anterior, chegaria a R\$ 1,94 bilhão, valor superior à economia calculada com a redução do pagamento de juros.

De acordo com o senador Álvaro Dias, autor do projeto, as cifras citadas por ambos os senadores estão corretas. A diferença, segundo ele, se justifica porque os números apresentados por Arruda são anteriores àqueles levados por Dutra. Álvaro Dias ressaltou ainda que as reservas de petróleo da empresa estão avaliadas em US\$ 400 bilhões.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o valor da dívida externa tenha crescido assustadoramente mesmo depois da venda de empresas constituídas com financiamento externo.

O senador José Alencar (PMDB-MG) ressaltou que a redução da presença do governo no conselho da empresa, de 81,7% para a metade mais um das ações, poderá gerar problemas para a manutenção de algumas políticas, como a conta-petróleo. A conta-petróleo faz parte das metas acertadas pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional. Pelo acordo, a Petrobras, com a venda de petróleo e derivados, deve garantir superávit nas contas do governo. Na opinião de Alencar, a venda das ações é “um péssimo negócio”.

Após votar o projeto da Petrobras, a CAE iniciou a deliberação de duas outras matérias. O projeto de lei que altera o índice de atualização das dívidas estaduais será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conforme pedido do senador Romero Jucá (PSDB-RR). O mesmo senador pediu vista do projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC).

CE aprova criação do Dia Nacional do Inventor em 12 de novembro

A Comissão de Educação aprovou ontem o projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que institui o Dia Nacional do Inventor e elege a data de 12 de novembro para sua comemoração. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), para quem a data “é uma marca histórica de um dos notáveis feitos de Santos Dumont, patrono maior dos inventores brasileiros”.

O projeto recebeu voto contrário do senador Djalma Bessa (PFL-BA). Ele argumentou que a proposta “não toca nem de longe nem de perto a ordem jurídica”, além de considerar que o termo “inventor” é muito vago. Outros quatro senadores o apoiaram no voto

contrário.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) entende que a iniciativa deve ser apoiada, por se tratar de um estímulo aos inúmeros “professores pardais que existem por esse Brasil afora”. Ele citou o exemplo de um rapaz, Reginaldo Marinho, paraibano, que andava “pelos corredores do Senado”, pedindo apoio para uma invenção que acabou não sendo sequer examinada por nenhum órgão especializado no Brasil.

— O jovem paraibano — conta o senador — acabou recebendo um grande prêmio internacional, depois de concorrer com inventores de mais de 30 países, em um concurso realizado mês passado na Europa.

O senador Romeu Tuma (PFL-



A CE, presidida por Freitas Neto, decidiu ouvir a CCJ antes de votar projeto sobre acesso da oposição a rede nacional

SP) também votou a favor do projeto. Ele disse que a proposta pode contribuir para que não se repita o que aconteceu com o inventor do *bina* (dispositivo acoplado aos telefones para identificar o número de qualquer chamada). “Esse rapaz”, disse Tuma, “inventou o aparelho e acabou não se beneficiando com ele, porque, apesar de tê-lo patenteado, não recebeu

dinheiro algum pelo invento”.

RÁDIO E TV

A Comissão de Educação aprovou também requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que propõe consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que garante também à oposição acesso a rede nacional de rádio e televi-

são toda vez que o governo lançar mão deste direito. O projeto está na pauta da Comissão de Educação, e tem parecer contrário do relator, senador Djalma Bessa.

Também foram aprovadas as renovações de concessão de quatro emissoras de rádio, uma em Mato Grosso do Sul e três em São Paulo.

Hospital pode ser obrigado a manter prontuário completo

Parecer favorável ao projeto da senadora Emilia Fernandes foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou ontem à noite relatório do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pela aprovação, com emendas, do projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) determinando que os hospitais e demais estabelecimentos de atendimento à saúde sejam obrigados a manter, em prontuários individuais ou familiares, todos os registros das atividades desenvolvidas junto ao paciente, pelo prazo mínimo de 18 anos.

Durante a discussão da proposta, Emilia Fernandes revelou que decidiu elaborar o projeto ao ouvir o depoimento de uma mãe que hoje tem

sua filha em estado vegetativo, após ter recebido atendimento hospitalar. Como a legislação atual não obriga a manutenção dos prontuários, a mãe não consegue saber que erro provocou o problema.

Também foi aprovado relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável à adoção de parte do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do ex-senador Odacir Soares que restringe o uso de capuz em operações policiais. Se a matéria for aprovada pelo Senado, passará a ser obrigatória a apresentação de uma justificativa por escrito para que o policial impeça a sua identificação.

A CCJ aprovou ainda relatório do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pelo encaminhamento à Mesa do Senado, para despacho ao Ministério Público, de comunicação do Banco Central sobre adulterações em certidões encaminhadas pela prefeitura municipal de Guarujá (SP), com a intenção de instruir processos sobre operações de crédito contratadas em 1994. Ao discutir o relatório de Pedro Simon, o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse estranhar a atitude do ex-presidente do Banco Central Pêrsio Arida, que não apresentou a denúncia ao Ministério Público quando soube da irregularidade.

Venda de armas: votação é adiada

A votação de três projetos que restringem a venda e o porte de armas de fogo foi transferida para a próxima terça-feira, dia 30, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN). As matérias são de autoria dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Djalma Falcão (PMDB-AL) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), e têm como relator Renan Calheiros (PMDB-AL). A decisão de adiamento ocorreu ontem.

Calheiros apresentou substitutivo aos projetos, estabelecendo que a proibição da venda de armas de fogo só não valerá para órgãos ligados à segurança pública e para quem reside em áreas rurais. Permite ainda que os clubes de tiro possam adquiri-las.

Na reunião de ontem, a CCJ também rejeitou três projetos, entre eles o do ex-senador Júlio Campos que pretendia dar caráter de hediondo ao crime de tortura praticado contra crianças e adolescentes. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) relatou a matéria.

Outro projeto rejeitado trata da inclusão no rodapé de publicações oficiais de informações como número de volumes editados e o custo total deles. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) relatou a matéria. A CCJ rejeitou ainda projeto, relatado por Maria do Carmo Alves, que pretendia obrigar os servidores que recebessem custas judiciais indevidas a restituí-las.



A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas aprovou longa lista de depoentes

CPI do Roubo de Cargas ouvirá empresários do setor de transporte

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas decidiu ontem convidar para sua próxima reunião Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo e Região (Setcesp), e Augusto Dalçoquio Neto, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Santa Catarina (Fetrancesc). Os dois são os primeiros de uma lista de 20 nomes já aprovados para comparecer à CPI, que espera também a presença do ministro da Justiça, José Gregori. Por enquanto foram relacionados empresários e sindicalistas do setor, além de Álvaro Henrique Viana de Moraes, diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, e de Genézio Bernadino de Souza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

A comissão decidiu ainda solicitar ao deputado Magno Malta (PTB-

ES), presidente da CPI do Narcotráfico, e Nelson Marchezan (PPB-RS), presidente da CPI dos Medicamentos, que tornem disponíveis todos os documentos e informações que se relacionem com o roubo de cargas. Serão convocados vários indiciados por essas duas CPIs.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) sugeriu que também sejam solicitadas informações sobre o tema em poder das secretarias de Segurança de todos os estados. E já está pautada uma visita da comissão à cidade de Paranaguá (PR), com data a ser ainda definida.

Os deputados estaduais paranaenses César Seleme, Edson Prazik e Agacy Túlio, integrantes das CPIs da Assembléia Legislativa do Paraná que investigam o roubo de cargas e o narcotráfico, entregaram ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) relatórios com os resultados das investigações. Tuma é presidente da comissão sobre o roubo de cargas.

Veja a lista completa dos convidados

É a seguinte a relação dos convidados pela CPI que investiga o roubo de cargas: José Gregori, ministro da Justiça; Demóstenes Madureira de Pinho Filho, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; Álvaro Henrique Viana de Moraes, diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal; Genézio Bernadino de Souza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Clézio Andrade, presidente da Confederação Nacional de Transportes; Nilton Gibson, presidente da Associação Brasileira de Transportes; Romeu Nerci Luft, presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas; Flávio Benatti, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo; Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo e Região; Augusto Dalçoquio Neto, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Carga no Estado de Santa Catarina; Osmar Ricardo Labes, presidente do Sin-

dicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado de Santa Catarina; Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Paraná; Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas de Foz de Iguaçu; cel. Paulo Roberto de Souza, presidente da Comissão Permanente de Segurança da ANTC; Oscar Conter, presidente da Associação Brasileira de Transportes Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais de Passageiros; Oscar José Gomes, presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres; Eduardo Ferreira Rebutzi, presidente do Sindicato dos Transportadores de Carga do Rio de Janeiro; Antônio Branco, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Carga; Edivaldo Bronzeado, presidente da Federação de Transportes de Cargas do Nordeste; e José Fonseca Lopes, presidente da Confederação de Transportes de Bens.



A CCJ também aprovou relatório de Pedro Simon para envio ao Ministério Público da União de denúncias sobre operações de crédito irregulares

Direito de visita de avós a netos é garantido pela CCJ

Relatório da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), favorável ao projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que amplia, no caso de separação do casal, o direito de visitas às crianças para os avós paternos e maternos, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Projeto de iniciativa da Câmara que tramitava em conjunto foi arquivado por tratar do mesmo tema.

A proposta também estabelece que, para ter validade, esse direito deverá receber a chancela judicial. A justificativa é que o detentor da guarda e responsabilidade direta deve ter meios de conduzir a educação dos filhos sem a interferência de terceiros.

Na mesma reunião foi aprovado relatório do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável ao projeto da senadora Emilia

Fernandes (PDT-RS) que define mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito. A proposta estabelece que toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação, de produto da indústria automobilística incluirá mensagem educativa de trânsito. Projeto da Câmara sobre o mesmo assunto, que tramitava em conjunto, foi considerado prejudicado.

Os senadores da CCJ aprovaram ainda o relatório do senador José Eduardo Dutra favorável ao projeto, da Câmara dos Deputados, que dispensa a necessidade de testemunhas no ato do registro do recém-nascido se o nascimento ocorrer em unidade hospitalar ou em casa de saúde. A justificativa é que a dispensa das testemunhas nesses casos não compromete a segurança do registro, além de simplificar e motivar os pais a registrarem a criança.



As indicações de embaixadores aprovadas na reunião de ontem pela CRE foram remetidas à apreciação do Plenário

CRE aprova embaixadores para Noruega e Turquia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação de Luiz Antônio Jardim Gagliardi e de Brian Michael Fraser Neele para exercerem, respectivamente, o cargo de embaixador do Brasil na Noruega e na Turquia. As aprovações foram remetidas à apreciação do Plenário.

Na exposição aos membros da comissão, o diplomata Luiz Antônio Jardim Gagliardi afirmou que vai fomentar as relações comerciais entre o Brasil e a Noruega, ressaltando o potencial econômico do país, com PIB de US\$ 140 bilhões para uma população de 4,4 milhões, e renda *per capita* de mais de US\$ 30 mil dólares. Ele também falou sobre a atuação da Noruega em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente.

Brian Michael Fraser Neele lembrou que o Brasil deve seu nascimento à Turquia. Ele explicou que, com a queda de Constantinopla, os turcos impuseram o bloqueio às exportações de seda e especiarias, obrigando os portugueses a buscarem o caminho das Índias, que resultou no descobrimento do Brasil. Os debates com os senadores e a votação foram realizados em sessão secreta.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou o acordo para isenção de vistos em passaportes diplomáticos entre o Brasil e a Guiana; a ata final da XIII Conferência Interparlamentar União Européia/América Latina; e ainda o texto de cooperação judiciária em matéria civil celebrado entre o Brasil e a França.

Bornhausen conclama Congresso a definir uma "agenda positiva"

Reformas política e tributária, avanços na modernização do Estado e complementação da cidadania são as prioridades apontadas pelo senador

Com o objetivo de consolidar a retomada do crescimento econômico verificado no primeiro trimestre deste ano, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), como presidente nacional do PFL, conclamou ontem as lideranças dos demais partidos a definir o que ele denominou de "agenda positiva" para o Congresso. A seu ver, é preciso dar prioridade à reforma política, "a mais imediata e, institucionalmente, a mais importante", realizar novo pacto federativo, que fundamente uma reforma tributária com vigência a partir de 2003, e avançar na modernização do Estado e na complementação da cidadania.

Quando à reforma política, Bornhausen considera que o Congresso deve votá-la até outubro de 2001, para que seus efeitos incidam no pleito de 2002. A cláusula de desempenho, a possibilidade de formar federações de partidos e o fim das coligações nas eleições proporcionais permitirão, na sua opinião, evitar a proliferação de partidos e extinguir os "caroneiros". Esses itens já foram aprovados pelo Senado e dependem de apreciação da Câmara.

A fidelidade partidária, por sua vez, poderá ser obtida indiretamente com a ampliação do prazo de filiação para quatro anos, conforme projeto que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Para Bornhausen, os quatro anos de filiação deveriam entrar em vigor a

partir de 4 de outubro de 2002, de modo que, ao se candidatarem nesse ano, os políticos "fiquem ligados, obrigatoriamente, à legenda pela qual estarão concorrendo, sob pena de não poderem disputar as eleições de 2004 e 2006". O senador também defendeu mudanças nos processos de financiamento de campanha e de propaganda eleitoral.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Já a reforma tributária, na opinião de Bornhausen, deve ser consequência de novo pacto federativo, que defina qual o tamanho do Estado e quais as competências das entidades federadas, de forma a extinguir duplicidades e até triplicidades que oneram os cofres públicos e aumentam o déficit fiscal. Para reduzir as resistências dos governantes, o senador sugeriu que a vigência da reforma tributária se dê a partir de 2003. Para evitar um

pingue-pongue entre Câmara e Senado, "os principais líderes das duas Casas deveriam progredir em conjunto sobre o tema".

Na avaliação do presidente do PFL, o crescimento de 3,08% do PIB no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 1999, foi sustentado principalmente pelo setor

industrial, que registrou incremento de 5,59%, resultantes da recuperação da capacidade industrial ociosa e da alavancagem dos setores privatizados. Mas, sustenta o senador, se não forem implementadas mudanças no sistema tributário, "sem contribuições em cascata", esse quadro poderá se reverter.

Quanto à modernização do Estado, Bornhausen defendeu a incorporação de proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) na agenda positiva do Congresso. A PEC estabelece normas para a



Para Bornhausen, a reforma política é a mais imediata e institucionalmente a mais importante

criação de novos municípios e determina a reincorporação daqueles que, criados a partir de 1988, não atinjam em dois anos as condições fixadas na proposta. Bornhausen ressaltou que, em doze anos, foram criados mil municípios e abertas 14.400 vagas nos

legislativos, sendo que cerca de 50% dessas cidades possuem menos de 5 mil habitantes e arrecadam menos de 3% de suas receitas. No âmbito da complementação da cidadania, tramita projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte, apresentado por Bornhausen.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: Lentes de contato
6h30 — *Debate*: O senador Ramez Tebet e o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, falam da primeira aldeia indígena urbana
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os crimes militares
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Uma TV cheia de histórias — Tabatinga (AM)
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
20h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre os crimes militares

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Senado já aprovou dois projetos da reforma política

Dois projetos que tratam de temas ligados à reforma política foram enviados no ano passado à Câmara. O primeiro deles, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), prevê que os partidos só poderão se coligar em eleições majoritárias — para a escolha de prefeitos, governadores, senadores e presidente da República. Ficam proibidas as coligações para eleições proporcionais. O segundo, do senador José Agripino (PFL-RN), antecipa para as eleições de 2002 a exigência dos critérios de desempenho para o acesso das agremiações ao Fundo Partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão.

O projeto de Agripino estabelece que dividirão nove décimos do tem-

po destinado à propaganda gratuita as legendas que tiverem obtido, na última eleição, 5% dos votos para a Câmara, distribuídos em pelo menos um terço dos estados, com mínimo de 2% em cada um deles. O décimo do tempo restante será distribuído entre aquelas legendas que não alcançarem essa votação.

Com relação ao Fundo Partidário, o substitutivo divide 10% do valor disponível entre todas as legendas e os 90% restantes entre aquelas que obtiverem o desempenho eleitoral mínimo estabelecido. Ainda de acordo com o projeto, os partidos poderão reunir-se em federações, que atuarão nacionalmente como se fossem um partido.

A Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania aprovou neste mês parecer favorável à criação do sistema de listas fechadas para as eleições proporcionais. De acordo com substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projetos dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR), metade dos vereadores, deputados estaduais e deputados federais serão eleitos pelo novo método.

Os eleitores escolhem atualmente os deputados de forma nominal. O sistema de listas fechadas prevê que o eleitor dará seu voto ao partido, que, em eleições internas, indicará os nomes que ocuparão os primeiros postos das listas. Quanto mais votos tiver o partido, mais integrantes de sua lista serão eleitos.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Suassuna pede políticas de desenvolvimento

A estabilidade da moeda é uma conquista importante, mas insuficiente para assegurar o progresso e o bem-estar da população, afirma senador. Ele defende atenção especial para a agropecuária, a indústria, o comércio e a tecnologia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem ao governo a elaboração de políticas de desenvolvimento, em especial para as áreas agrícola e industrial. Para ele, a estabilidade da moeda é uma conquista importante, mas insuficiente para assegurar o bem-estar da população e o progresso do país.

Suassuna analisa positivamente o trabalho da equipe econômica do governo, que, na sua avaliação, depois do Plano Real, conseguiu evitar os efeitos no país das crises asiática e russa. “Agora estamos vivendo um novo momento, em que a atenção do governo precisa se voltar para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e da tecnologia. Essas áreas precisam ser coordenadas, tendo em vista também as desigualdades regionais, que são enormes”, argumentou.

Ney Suassuna conclamou o Senado a colaborar com o governo, oferecendo idéias para essa nova etapa do desenvolvimento brasileiro. “Por estarem estreitamente ligados às realidades dos estados, os senadores têm condição de apresentar propostas concretas para contornar dificuldades específicas”, argumentou ele.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o Brasil deve dosar a “velocidade” de sua entrada no mercado globalizado.



Ney Suassuna sugeriu aos senadores que colaborem com idéias para a “nova etapa do desenvolvimento”

Nordeste deve receber mais recursos do Pronaf, diz Alcântara

O Nordeste merece atenção especial na liberação dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele afirmou que, apesar de mais de 52% do total das famílias beneficiadas pelo programa residirem na região, apenas 12% dos créditos liberados são para elas.

O senador ainda apelou no sentido de que os recursos incluídos como restos a pagar, referentes à agricultura familiar e pendentes na execução orçamentária de 1999, sejam liberados. Ele explicou que há obras sendo executadas nos municípios que dependem desse dinheiro para a conclusão.

— A agricultura familiar tem grande importância econômica e social, pelo número de pessoas envolvidas. São 4 milhões de propri-

edades no Brasil e 24 milhões de trabalhadores. Quatro em cada cinco empregos gerados no campo vêm da agricultura familiar, que é responsável por 46% da produção de soja, 37% da produção de arroz, 66% da de algodão, 69% da produção de milho e 26% do rebanho bovino — informou Lúcio Alcântara.

O senador comentou as recentes medidas tomadas pelo governo com relação à agricultura familiar, como o estabelecimento de melhores condições de financiamento para custeio e investimento, a criação do fundo de aval, que facilitará a liberação dos empréstimos, e o aumento das garantias do Tesouro para os financiamentos. Destacou ainda o anúncio de que a correção dos empréstimos do Pronaf será feita com base nos preços dos produtos com juros de 3% ao ano.



Maria do Carmo lembrou o pioneirismo da emissora, que “hoje faz parte do cotidiano de todos os sergipanos”

Maria do Carmo destaca os 25 anos da TV Atalaia

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) homenageou ontem a passagem dos 25 anos da TV Atalaia de Sergipe, transcorridos no dia 17. Para ela, trata-se de uma empresa pioneira em transmissão televisiva no Nordeste, que tem no telejornalismo o seu ponto forte, com duas horas diárias de informação.

Maria do Carmo lembrou que, em 1975, a TV Atalaia foi a segunda a efetuar transmissão colorida no Nordeste, dando aos telespectadores sergipanos uma nova opção em entretenimento, informação e cultura. “Hoje, com equipamentos de última geração, é objeto de audiência em todo o estado”, afirmou.

Conforme a senadora, não há dúvida da importância da estação de TV para o desenvolvimento do estado. “Abriu frentes de trabalho e hoje faz parte do cotidiano de todos os sergipanos”, concluiu Maria do Carmo Alves.



Lúcio Alcântara: Nordeste tem mais de 52% do total das famílias beneficiadas pelo Pronaf

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) salientou a importância do Pronaf e defendeu que, na discussão dos próximos orçamentos, sejam aumentados os recursos para esse programa e também para o de eletrificação rural Luz no Campo, lançado pelo Ministério de Minas e Energia. “São programas importantes, que atingem os que não fazem passeatas, não gritam, não quebram ônibus, não invadem repartições públicas, mas estão ali trabalhando”, comentou.

Jucá elogia incentivo à indústria naval

A decisão do governo de oferecer novas taxas e prazos de empréstimo para o setor naval, conforme anúncio do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, foi elogiada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), em discurso no Plenário ontem. Jucá lembrou a importância econômica da medida para um país que tem tantas costas e rios navegáveis:

— A medida garantirá o fortalecimento da indústria naval, fa-

cilitando o transporte de cargas e passageiros, e será importante também para o ecoturismo — acredita o senador, que também considera positiva a proposta do governo de criar a Agência Nacional de Transportes Marítimos.

Jucá elogiou ainda a determinação da diretoria da Caixa Econômica Federal (CEF) de disponibilizar na Internet os extratos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Na opinião do senador, isso fa-



Jucá: importância da medida para um país que tem tantas costas e rios navegáveis

cilitará a vida de milhares de trabalhadores que poderão acompanhar suas contas do FGTS.

Senado aprova pesar pela morte de deputado baiano

O Senado Federal aprovou ontem voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 20, do deputado estadual baiano Paulo Jackson (PT). O requerimento de pesar foi iniciativa dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP),

Heloísa Helena (PT-AL) e Geraldo Cândido (PT-RJ).

O senador Eduardo Suplicy destacou a extensa luta de Paulo Jackson no movimento sindical e sua incansável batalha pela não privatização dos recursos hídricos brasileiros.

Segundo Suplicy, Jackson foi eleito pela imprensa o melhor deputado estadual baiano:

— O PT e o povo baiano perderam uma referência. Sua lembrança nos trará forças para continuar lutando — afirmou.

O presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, disse que a Mesa do Senado se associava “ao sentimento do PT”.

Osmar: antecipação de *royalties* contraria Responsabilidade Fiscal

Senador critica operação realizada entre o governo do Paraná e a União e observa que o contrato cita lei complementar já revogada

A operação de crédito firmada entre o governo do Paraná e a União prevendo a antecipação de *royalties* da Hidrelétrica de Itaipu foi criticada ontem pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). Na opinião do senador, a operação desmoraliza a Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada no último dia 4.

— A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a antecipação de receitas e revoga a Lei Complementar 96/99. O contrato entre o governo do Paraná e a União, assinado seis dias depois da sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal, cita essa lei complementar, então já revogada. Não sou advogado, mas, na minha opinião, esse contrato não vale — disse.

A União está antecipando ao governo do Paraná créditos no valor total de R\$ 3 bilhões, segundo o senador. Osmar Dias acredita que a operação comprometerá gestões futuras do estado. Ele criticou ainda a forma como a Comissão de



Osmar Dias quer examinar "a legalidade e a legitimidade" do contrato de antecipação de *royalties*

Assuntos Econômicos (CAE) tem tratado a questão de antecipação de receitas, e lembrou que a CPI dos Precatórios foi criada em consequência de processos autorizados na CAE que originaram diversas fraudes.

— Quero ver a legalidade e a legitimidade desse contrato de antecipação de *royalties*. Se o objetivo dos gastos previstos no contrato, a capitalização de fundos de previdência, não for respeitado, serei o

primeiro a requerer uma comissão parlamentar de inquérito para analisar antecipações de recursos — disse.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é garantir que os governos não gastarão mais do que arrecadam. Para Maldaner, a lei tem que valer para todos os estados, sob pena de se ver instalada uma "anarquia"

Paulo Souto aponta contradição na proposta de vincular receitas para a saúde

O senador Paulo Souto (PFL-BA) observou ontem, durante discussão da proposta de emenda constitucional que garante recursos para a área da saúde, que a determinação de vincular receitas de estados e municípios, decidida no âmbito federal, é contraditória com a Desvinculação dos Recursos da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovadas pelo Congresso.

Além de considerar que o governo federal e sua base de sustentação têm tido comportamento incoerente em relação à proposta, ele teme que, com a aprovação da PEC, a LRF seja desmoralizada no nascedouro.

— Como cobrar responsabilidade de quem não tem autoridade? Se governadores e assembleias legislativas não podem decidir quanto gastar em cada setor, como cobrar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal? — questionou, lembrando que, se a desvinculação de receitas é boa para o equilíbrio fiscal do governo federal, o mesmo vale para os estados.

Paulo Souto fez questão de ressaltar que sua posição não reme-



Souto: se a desvinculação é boa para o governo federal, o mesmo vale para os estados

te a algum problema baiano nem cabe em supostas disputas entre ministros deste ou daquele partido. De certa forma, acrescentou, "não é possível falar na autonomia de estados e municípios, nas vantagens da descentralização, e depois impor àquelas unidades da Federação condições que não são da sua responsabilidade".

Retirar a capacidade de estados e municípios decidirem sobre a aplicação de suas receitas, avaliou o senador, é sinônimo de ferir o princípio federativo de autonomia. Nesse sentido, a PEC seria inconstitucional, como o projeto de resolução do falecido senador Vilson

Kleinübing, que impunha a aplicação exclusiva no pagamento da dívida pública dos recursos provenientes da privatização, e foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em última instância, observou, vincular receitas equivaleria praticamente a substituir governadores, assembleias legislativas, prefeitos e vereadores por um bom contador. Para Paulo Souto, se alguns estados não aplicam nem 7% na saúde, é preciso saber quais são eles e, com instrumentos administrativos, o Ministério da Saúde poderia corrigir a situação, por exemplo, suspendendo repasses de recursos do Sistema Único de Saúde.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) registrou seu respeito pelo posicionamento de Paulo Souto, mas frisou que mantém-se favorável à PEC, a seu ver uma forma de pressionar governadores e prefeitos. "Talvez assim os legislativos se movimentem para modificar o perfil da dívida do país e o comprometimento das receitas públicas com seu pagamento", disse. Quem tem pago "essa política econômica irresponsável" é a população miserável, acrescentou.

Hartung defende ações para superar a desigualdade social

Ao divulgar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre indicadores sociais no Brasil em 1999, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) lamentou ontem que o desenvolvimento econômico que o país apresentou nos últimos 40 anos não tenha se refletido numa melhor distribuição de renda entre as regiões, as várias classes sociais, os homens e as mulheres e, sobretudo, as raças que compõem o povo brasileiro.

— O país como um todo já teria condições de viver melhor, mas a marca do desenvolvimento foram a desigualdade e a exclusão. O documento atesta que os 10% mais ricos têm uma renda 106 vezes maior do que a dos 10% mais pobres. A ruptura desse quadro é a condição primeira para dar a cada brasileiro a liberdade e a possibilidade de buscar sua própria felicidade — ressaltou.

Hartung citou estatísticas desfavoráveis sobre mortalidade infantil, em que a média brasileira registra 36 óbitos por mil nascimentos, bem longe dos números dos países do Primeiro Mundo, que oscilam entre 4 e 8 mortes por mil. Afirmou, no entanto, que esse número toma caráter alarmante se observado que, em Alagoas, os óbitos atingem 71,9 por mil, enquan-



Para Paulo Hartung, desenvolvimento foi marcado por desigualdade e exclusão

to são 19,4 no Rio Grande do Sul. "A desigualdade regional é chocante", frisou.

Segundo o senador, essas disparidades entre estados brasileiros se repetem quando são examinados indicadores de saúde, educação, trabalho, renda, habitação, saneamento, mostrando que as médias brasileiras, embora ruins em relação aos países ricos, mascaram uma verdade pior, que é a tragédia das desigualdades regionais.

Hartung afirmou que os indicadores do IBGE exigem uma outra agenda social e demandam uma redefinição das políticas de inserção econômica e inclusão social para evitar a recorrência de erros históricos que reforçam a estrutura desigual do país. "Viajar do Sul para o Nordeste é como viajar da Europa para a África, e isso não podemos aceitar mais."

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) salientou ser o Brasil o campeão das desigualdades sociais. Também em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o modelo econômico que sucessivos governos têm adotado ao longo de décadas é o responsável por essa tragédia social.

Senador repudia assassinato de líder comunitário no Entorno do DF

Em nome do PPS, o senador Paulo Hartung repudiou o assassinato de Clóvis Pereira Fernandes, no último sábado, na Cidade Ocidental, município goiano do Entorno do Distrito Federal. Ele exigiu que a polícia de Goiás, que está trabalhando com a hipótese de crime político, elucide o assassinato o mais rápido possível, e ressaltou o absurdo de semelhantes crimes continuarem ocorrendo no país.

Pequeno comerciante, líder comunitário, de 30 anos, Clóvis Fernandes foi atingido por um tiro no tórax, desferido por um homem encapuzado. Conforme o senador, ele se preparava para disputar a próxima eleição municipal como candidato a vereador ou vice-prefeito, numa coligação.

Este não foi o primeiro crime político na região, salientou Hartung. Na mesma Cidade Ocidental e em Águas Lindas, este ano, foram também assassinados, respectivamente,

o secretário do PPS, Jorge Guerreiro, e o militante do PT João Elísio, ambos líderes comunitários. Os três, conforme disse, morreram "em circunstâncias ao mesmo tempo estranhas e repugnantes".

Em outro registro, Hartung referiu-se, "com uma ponta de satisfação", ao anúncio de que o governo federal prepara um Plano Nacional de Segurança para junho. "Ele vem tarde, mas é melhor que venha", afirmou, dizendo esperar que "este não seja mais um plano bonito, com bom texto, pouco conteúdo e resultados pífios".

A expectativa do senador é a de que seja criada uma força-tarefa, composta pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Banco Central e Receita Federal, com capacidade para quebrar sigilos bancários e acompanhar a evolução patrimonial de suspeitos de participação no crime organizado e no narcotráfico.

Suplicy desaprova violência de manifestantes

O posicionamento foi feito em ofício enviado ao governador de São Paulo, Mário Covas, e ao ministro da Saúde, José Serra, agredidos semana passada. Entretanto, alertou o senador, há razões para profunda insatisfação na sociedade brasileira

Em ofício encaminhado ao governador de São Paulo, Mário Covas, e ao ministro da Saúde, José Serra, ambos do PSDB, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua desaprovação à atitude de dois manifestantes que os agrediram semana passada, durante protestos realizados por trabalhadores. Suplicy disse, no entanto, que deve ser compreendido que “há razões para profunda insatisfação entre muitos segmentos na sociedade brasileira”.

O senador assegurou que os atos de violência não constituem diretriz, muito menos recomendação, do Partido dos Trabalhadores. Ele esclareceu que o manifestante Ede



Eduardo Suplicy: “Atos de violência não constituem diretriz nem recomendação do Partido dos Trabalhadores”

Paraíso, que jogou um ovo no ministro José Serra, mesmo sendo filiado ao PT, não recebeu “qualquer orientação partidária”, e protestava contra a política governamental.

No ofício, o senador transmite ao governador Mário Covas o descon-

tenhamento de entidades, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Sem-Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE) e pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que o procuraram para re-

gistrar a forma “violenta e injustificável” com que autoridades de segurança de São Paulo reprimiram as manifestações, principalmente as ocorridas na Avenida Paulista, que deixaram feridas 38 pessoas, inclusive jornalistas.

— O procedimento contrasta com o tratamento que tem sido dado pelas mesmas autoridades aos manifestantes por ocasião das comemorações de torcidas de futebol ou das memoráveis manifestações cívicas pelas Diretas Já ou por ética na política — acentuou Suplicy.

O senador informou ter visitado segunda-feira o fotógrafo Alessandro Wagner Oliveira Silveira, do jor-

nal *Agora São Paulo*, internado no Hospital das Clínicas por ter sido atingido no olho por um tiro de bala de borracha durante manifestações na Avenida Paulista, e que seria submetido a cirurgia. De acordo com Suplicy, o fotógrafo narrou-lhe como foi ferido por um policial militar, manifestando surpresa com a rapidez com que o comando policial passou do diálogo com os manifestantes à repressão, com bombas e tiros. “Tudo isso em menos de três minutos”, afirmou o senador, acrescentando ter tomado conhecimento de que muitos policiais se sentiram “constrangidos em iniciar a ação de repressão”.

Bezerra registra denúncia de corrupção no Ibama de MT

O Plenário foi informado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) de notícia divulgada pela TV Centro América de Cuiabá, afiliada da Rede Globo, segundo a qual funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estariam exigindo propina de madeireiros do estado para liberar autorizações para o transporte de madeira. Segundo disse, alguns madeireiros de Guarantã do Norte e Matupá informaram ao repórter que a corrupção “corre solta” entre os fiscais e na superintendência do órgão em Cuiabá (MT).

— O que mais preocupa nessa reportagem não é a denúncia de existência de mais esse esquema de propina, mas a atitude do interventor. Em vez de investigar o caso, o interventor acusou os madeireiros de estarem fazendo denúncias anônimas. Pior, incitou-os a cometer um crime, o de

grampear telefones — comentou Carlos Bezerra.

Baseado na denúncia dos madeireiros, Carlos Bezerra fez um apelo ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, solicitando que tome providências no sentido de determinar uma investigação no Ibama de Mato Grosso. O senador lembrou que no governo de Fernando Henrique Cardoso foi nomeado um superintendente para combater a prática de corrupção na instituição. “Mas a máfia do Ibama no estado reagiu com fúria e conseguiu vencê-lo meses atrás.”

Com a saída do superintendente, foi enviado o atual interventor para dar continuidade ao trabalho. “Mas parece que ficou pior”, opinou Carlos Bezerra. O senador disse ainda esperar que a negativa do interventor em investigar as denúncias, alegando que foram anônimas e sem provas, não seja indício de que “a máfia tomou conta de vez do Ibama de Mato Grosso”.



Carlos Bezerra informou que denúncias indicam a cobrança de propina para a liberação do transporte de madeira



A proteção à Amazônia é um dos temas tratados pelo Código Florestal, que será alterado pelo Congresso Nacional

Amorim defende mudança no Código Florestal

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) qualificou ontem de “boato” a notícia de que a aprovação do projeto de conversão à medida provisória (MP) que modifica o Código Florestal, em exame no Congresso Nacional, autorizaria o desmatamento de até 50% da floresta amazônica. Amorim afirmou que a imprensa vem publicando essa informação, “inclusive o *Jornal do Senado*, por não ter estudado adequadamente o projeto”. De acordo com Ernandes Amorim, 75% da Amazônia se encontra protegida em reservas florestais e áreas indígenas. O que se discute, acrescentou, é relativo a 25%

que estão nas mãos de proprietários particulares. Segundo o senador, o projeto de conversão permitiria o desmatamento de 50% desses 25%.

— Quem está contra a proposta está a serviço do G-7 (grupo que reúne as sete principais economias mundiais). Os países do Primeiro Mundo querem imobilizar o Brasil para que a floresta amazônica absorva a poluição gerada por eles. Deveríamos exigir que eles diminuíssem a emissão de gás carbônico. Não podemos entregar o território nacional à política ambiental do Primeiro Mundo — afirmou Ernandes Amorim. Ele informou ainda que



Para Amorim, é “boato” a informação de que 50% da Amazônia seria desmatada

as mudanças no Código Florestal serão debatidas pelo Ministério Público em Rondônia a partir do próximo dia 6.